

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.836.459 - SP (2018/0133476-0)

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
RECORRENTE : HOTEL CITY PALACE LTDA
ADVOGADO : MAURO GENADOPOULOS - SP101963
RECORRIDO : ESCRITÓRIO CENTRAL DE ARRECADAÇÃO E
DISTRIBUIÇÃO ECAD
ADVOGADA : KARINA HELENA CALLAI - DF011620

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. DIREITOS AUTORAIS. ECAD. AÇÃO DE COBRANÇA. UTILIZAÇÃO COMERCIAL DE OBRAS MUSICAIS SEM AUTORIZAÇÃO. HOTEL. ACÓRDÃO RECORRIDO EM DISSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. PRAZO PRESCRICIONAL TRIENAL. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto por HOTEL CITY PALACE LTDA com fundamento no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão assim ementado (e-stj, fls. 581):

DIREITOS AUTORAIS. ECAD. SONORIZAÇÃO DE DEPENDÊNCIAS DE HOTEL. COBRANÇA. PRESCRIÇÃO.

1- "São devidos os pagamentos referentes aos direitos autorais em razão da disponibilização de televisores e rádios dentro dos quartos de hotéis, por configurarem exploração de obras artísticas para incremento dos serviços prestados pelo meios de hospedagem" conforme o STJ. Precedentes. Apelação do réu não provida.

2- Prescrição decenal e não trienal. Art. 205, caput, CC. Apelação do autor provida.

3- Apelação do réu não provida e apelação do autor provido. M.V.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-stj, fls.620/623)

Nas razões recursais, a parte alega, além de divergência jurisprudencial, negativa de vigência ao artigo 206, § 3º, V do Código Civil, sustentando, em síntese, que o prazo prescricional é de três anos para cobrança dos direitos

Superior Tribunal de Justiça

autorais, por se tratar de suposto ilícito extracontratual.

Contrarrazões às e-stj fls. 698/713.

É o relatório.

Decido.

Inicialmente, esclareço que o juízo de admissibilidade do presente recurso será realizado com base nas normas do CPC/2015, conforme Enunciado Administrativo nº3/STJ.

In casu, o Tribunal de origem afastou o prazo prescricional trienal, "eis que a hipótese não se confunde com os casos de reparação civil", para reconhecer o prazo geral de 10 (dez) anos, a teor do estabelecido pelo artigo 205 do Código Civil. Senão, vejamos (e-stj, fl. 587):

Pretende o autor que seja afastada a prescrição de três anos, devendo prevalecer o prazo decenal. Assim, comporta o recurso provimento.

Isso porque, ao contrário do Código Civil anterior, que previa o prazo especial de cinco anos para a pretensão do titular de direito autoral em ingressar com ação civil (art. 179, §10P, VII), o Código Civil de 2002 deixou de estabelecer prazo específico de prescrição para situação semelhante.

Por tal razão, deve ser aplicado nesses casos o prazo geral de 10 anos estabelecido no art. 205, caput, do diploma civilista, não sendo a hipótese de incidência do prazo trienal do art. 206, §3º, V, suscitado pela parte, eis que a hipótese não se confunde com os casos de reparação civil.

O recorrente, contudo, afirma que "não há dúvida de que efetivamente ocorreu ato ilícito extracontratual, de modo que tem incidência o prazo prescricional de três anos, disposto no art. 206, V, do Código Civil, conforme atual entendimento do STJ." (e-stj, fl. 633).

Verifica-se que a tese sustentada pelo recorrente está em consonância com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, que firmou entendimento no sentido de que à pretensão de cobrança de direitos autorais decorrentes de ilícito extracontratual, aplica-se o prazo de prescrição de três anos previsto no

Superior Tribunal de Justiça

art. 206, § 3º, V, do Código Civil.

Assim, considerando que, *in casu*, a cobrança está fundada na execução pública de obras musicais, lítero-musicais e fonogramas, sem a prévia e expressa autorização dos autores das obras, conforme preceitua o art. 68 da Lei 9.619/98, o entendimento manifestado pelo acórdão recorrido está em desacordo com a orientação desta Corte.

Conforme bem salientado na decisão proferida em sede de agravo em recurso especial, no Recurso Especial nº 1.474.832/SP, Relator para acórdão Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, DJe de 03.03.2017, no qual restei vencido, *"deve ser mantida a jurisprudência já consagrada no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, de que, na vigência do Código Civil/2002, em se tratando de pretensão à cobrança de direitos autorais decorrentes de ilícito extracontratual, aplica-se o prazo prescricional de 3 (três) anos (art. 206, § 3º, V), incidindo a prescrição decenal de que trata o art. 205 do mesmo diploma legal na hipótese de descumprimento contratual ou situação assemelhada"*.

Nesse sentido:

RECURSOS ESPECIAIS. DIREITOS AUTORAIS. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. ECAD. NÃO PAGAMENTO. HOTÉIS E MOTÉIS. EVENTO COMEMORATIVO. TV POR ASSINATURA. PRESCRIÇÃO TRIENAL. TUTELA INIBITÓRIA. SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO DE OBRAS MUSICAIS. ART. 105 DA LEI 9.610/98. CABIMENTO.

1. Ação ajuizada em 17/12/2014. Recursos especiais interpostos em 6/2/2019 e 11/2/2019. Conclusão ao Gabinete em 26/6/2019.

2. O propósito recursal, além de verificar a ocorrência de negativa de prestação jurisdicional, é analisar (i) o cabimento de medida destinada à suspensão da execução de obras musicais, em quartos de hotéis e motéis, enquanto perdurar a inadimplência de valores devidos a título de direitos autorais; e (ii) o prazo prescricional aplicável à hipótese.

3. Devidamente analisadas e discutidas as questões de mérito, e suficientemente fundamentado o acórdão recorrido, não há como reconhecer a ocorrência de negativa de prestação jurisdicional.

Superior Tribunal de Justiça

4. A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que a pretensão de reparação dos danos causados em razão da utilização de obras musicais, literomusicais ou fonogramas, em quartos de hotel e motel, sem a devida autorização prescreve em três anos. *Precedentes.*

5. A tutela inibitória destinada a impedir a violação de direitos autorais constitui medida expressamente prevista no art. 105 da Lei 9.610/98, não se confundindo com a pretensão de cobrança dos valores devidos e não pagos a esse título. A primeira sanciona a violação da norma, impedindo a continuação ou a repetição do ilícito; a segunda sanciona o dano ou o não cumprimento do dever de pagamento. *Doutrina. Precedentes específicos. RECURSOS ESPECIAIS PROVIDOS. (REsp 1819695/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJe 22/08/2019)*

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL (CPC/1973). DIREITO AUTURAL. ECAD. PRETENSÃO FUNDADA EM RESPONSABILIDADE CIVIL. PRESCRIÇÃO TRIENAL. ART. 206, § 3º, V, DO CÓDIGO CIVIL.

1. A cobrança em juízo dos direitos decorrentes da execução de obras musicais sem prévia e expressa autorização do autor envolve pretensão de reparação civil, a atrair a aplicação do prazo de prescrição de 3 (três) anos de que trata o art. 206, § 3º, V, do Código Civil, observadas as regras de transição previstas no art. 2.028 do mesmo diploma legal, não importando se proveniente de relações contratuais ou extracontratuais.

2. Agravo desprovido.

(AgInt no AREsp 893.943/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, DJe 22/08/2017)

RECURSO ESPECIAL. DIREITO AUTURAL. VIOLAÇÃO. ECAD. PRETENSÃO FUNDADA EM RESPONSABILIDADE CIVIL. PRESCRIÇÃO TRIENAL. ART. 206, § 3º, V, DO CÓDIGO CIVIL.

1. A cobrança em juízo dos direitos decorrentes da execução de obras

musicais sem prévia e expressa autorização do autor envolve pretensão de reparação civil, a atrair a aplicação do prazo de prescrição de 3 (três) anos de que trata o art. 206, § 3º, V, do Código Civil, observadas as regras de transição previstas no art. 2.028 do mesmo diploma legal, não importando se

Superior Tribunal de Justiça

proveniente de relações contratuais ou extracontratuais. 2. Recurso especial não provido. (REsp 1474832/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, Rel. p/ Acórdão Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe 03/03/2017)

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E PATRIMONIAIS. VIOLAÇÃO DE DIREITOS AUTORAIS. PRESCRIÇÃO. PRAZO TRIENAL. OCORRÊNCIA ENTENDIMENTO EM CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 83 DO STJ. CONTRAFAÇÃO. NÃO CONFIGURAÇÃO. REEXAME DE PROVA. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 7 DO STJ. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Nas demandas indenizatórias por ofensa a direito autoral, os prazos prescricionais são regulados pelo art. 206, § 3º, V, do Código Civil e prescrevem em 3 anos. Aplicação da Súmula nº 83 do STJ.

2. As instâncias ordinárias, titulares absolutas da análise de prova, reconheceram que não houve contrafação e, conseqüentemente, configuração do direito à indenização por dano moral. Incidência da Súmula nº 7 do STJ.

3. O presente agravo não se revela apto a alterar o conteúdo do julgado impugnado, que decidiu em consonância com a jurisprudência desta Corte de Justiça, devendo ele ser integralmente mantido pelos seus próprios fundamentos.

4. Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp nº 1.412.700/SP, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, DJe 6/11/2015).

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. CONSONÂNCIA COM O ENTENDIMENTO DESTA CORTE. SÚMULA 83/STJ. REEXAME DE MATÉRIA PROBATÓRIA. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Não há falar em violação do art. 535 do Código de Processo Civil pois o Tribunal de origem dirimiu as questões pertinentes ao litígio, afigurando-se dispensável que venha examinar uma a uma as alegações e fundamentos expendidos pelas partes.

2. De acordo com a jurisprudência desta Corte, incide a

Superior Tribunal de Justiça

prescrição trienal aos casos de indenização por violação extracontratual de direito autoral. Precedentes.

3. O Tribunal de origem consigna a inexistência de prescrição, tendo em vista que o autor das músicas negociadas pela recorrente, teve ciência de dita negociação no ano de 2008, ao passo que a ação de rescisão contratual cumulada com pedido indenizatório foi ajuizada em 15/09/2010, quando ainda não havia se esvaído o prazo prescricional de três anos. Portanto, a reforma do aresto, neste aspecto, demanda inegável necessidade de reexame do acervo fático-probatório soberanamente delineado perante as instâncias ordinárias, providência inviável de ser adotada em sede de recurso especial, ante o óbice da Súmula 7/STJ.

4. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp nº 696.121/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe de 27/8/2015)

Nesses termos, o acórdão recorrido encontra-se em dissonância com o entendimento deste Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que, em se tratando de pretensão de cobrança relativa a ilícito extracontratual, o prazo prescricional incidente no caso de violação de direitos do autor é de 3 (três) anos, a teor do que disposto pelo art. 206, § 3º, do Código Civil.

Nesse contexto, verificado, no ponto em questão, o desalinhamento entre o acórdão recorrido e a jurisprudência dominante desta Corte, aplica-se a Súmula 568 do STJ, que diz: "*O Relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema*".

Desse modo, a teor da Súmula 568/STJ, é de rigor o provimento do recurso especial para reconhecer o prazo prescricional trienal ao presente caso, restabelecendo-se, no ponto, a sentença de primeiro grau.

Ante o exposto, dou provimento ao recurso especial nos termos da fundamentação.

Adverta-se que eventual recurso interposto contra este decisum estará sujeito às normas do CPC/2015 (cf. Enunciado Administrativo n.3/STJ), inclusive no que tange à aplicação de multa (art. 1.021, §4º e art. 1.026, §2º, ambos do CPC/2015).

Superior Tribunal de Justiça

Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator

